



Município de Almeirim

Regulamento de Taxas do Município de Almeirim

Preâmbulo

O desenvolvimento crescente das áreas de intervenção dos municípios em geral, e do Município de Almeirim, em particular, exige uma atenção especial à capacidade de gerar receitas próprias, entre as quais têm grande importância as provenientes de cobrança das taxas previstas na Lei das Finanças Locais.

Nos termos da Lei n.º 53 -E/2006 de 29 de Dezembro, deve existir uma relação de correspondência tendencial entre o custo dos serviços e utilidades facultados aos cidadãos e às empresas e as receitas cobradas pela sua prestação. O estudo económico-financeiro elaborado sobre esta matéria ao abrigo daquela lei forneceu indicações relativas ao processo de actualização dos valores das taxas que serviram de orientação à alteração da Tabela de Taxas anexa a este Regulamento.

No âmbito do *Programa Simplex*, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril, cuja iniciativa denominada “Licenciamento Zero” altera, significativamente, os procedimentos relativos ao regime de instalação e licenciamento de algumas actividades económicas, incluindo licenciamentos conexos, e onde, através da figura do “Balcão do Empreendedor”, se cria um novo modelo de relacionamento entre os agentes económicos e a administração. Importa, em consequência, adequar o Regulamento Municipal e Tabela de Taxas ao novo paradigma procedimental introduzido, aproveitando-se ainda a oportunidade para corrigir algumas imprecisões detectadas no regulamento em causa, incluindo a actualização de alguns valores, assim como proceder à introdução de alterações e atualizações em matérias que, entretanto, por via de outras alterações legislativas se impõem.

Este novo modelo de actuação administrativa assenta numa responsabilização dos agentes económicos, já que não deixam de ter de cumprir toda a legislação aplicável aos actos que comunicam, incluindo o pagamento das respectivas taxas, mas ao mesmo tempo implica a necessidade de reforçar a fiscalização em detrimento do controle prévio da atividade dos particulares.

No uso da competência prevista nos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e pela conjugação da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Lei n.º 53 -E/2006 de 29 de dezembro, Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, Decreto-Lei n.º 555/99 na sua actual redação, e Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril, o Município, nos termos e para os efeitos do artigo 118.º do C.P.A submeteu a Inquérito Público, pelo período de 30 dias, a alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Almeirim, não tendo sido apresentadas questões.

CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 241.º da Constituição da República, alínea g) do n.º 1 do art.º 25º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de dezembro, dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e 117.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação na sua actual redacção, do Decreto-lei n.º 48/2011 de 1 de Abril e do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto.

Artigo 2.º

Objecto

O Regulamento de taxas, incluindo a Tabela que dele faz parte integrante, estabelece as normas que regulam a incidência, a liquidação e a cobrança de taxas resultantes da prestação serviços, da utilização de bens do património e sob jurisdição municipal, e da emissão de licenças pelo Município de Almeirim.

Artigo 3.º

Incidência objectiva

O presente Regulamento regula a relação tributária relativa às taxas municipais devidas pela prestação concreta de serviços públicos municipais, pela utilização privada de bens do domínio público e privado do Município, e pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.

Artigo 4.º

Incidência subjectiva

As taxas estabelecidas por este Regulamento são devidas ao Município de Almeirim pelas pessoas singulares ou colectivas e outras entidades legalmente equiparadas, que, nos termos da lei, estejam vinculadas ao pagamento da prestação tributária, por requererem as prestações, utilidades e licenças previstas no artigo anterior, sem prejuízo das isenções neles estabelecidas.

Artigo 5.º

Receitas municipais

As receitas provenientes da cobrança das taxas constituem receitas do Município, não recaindo sobre elas qualquer adicional para o Estado, salvo nos casos legalmente previstos.

Artigo 6.º

Renovação de licenças e registos

- 1 — As renovações e prorrogações das licenças e dos registos anuais são obrigatoriamente solicitadas nos 30 dias anteriores ao termo da sua validade, salvo o disposto em lei especial.
- 2 — As licenças caducam no último dia do prazo de validade.
- 3 — Caso o requerente o declare no pedido inicial, a renovação é feita automaticamente.

Artigo 7.º

Liquidação

- 1 — A liquidação das taxas previstas na Tabela consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados.
- 2 — Com o deferimento do pedido de licenciamento, admissão da comunicação prévia e autorização da utilização de operações urbanísticas, são liquidadas as taxas previstas no presente Regulamento.
- 3 — A notificação da liquidação das taxas deve conter a fundamentação da liquidação, o montante devido, o prazo para pagamento, bem como a advertência sobre as consequências do não pagamento.

Artigo 8.º

Prazo da liquidação

A liquidação processa-se nos seguintes prazos:

- a) No acto de entrega do pedido, quando assim estiver previsto em lei ou no presente regulamento;
- b) Em momento anterior à apreciação do pedido pela Câmara Municipal, nos casos de processos de urbanização e edificação;
- c) No prazo de cinco dias a contar da data do deferimento expresso ou tácito da pretensão.

Artigo 9.º

Erro na liquidação

1 — Quando se verifique que na liquidação das taxas se cometeram erros imputáveis aos serviços municipais e dos quais tenha resultado prejuízo para o município, promover-se-á de imediato a liquidação adicional se, sobre o facto tributário, não tiver decorrido mais de quatro anos.

2 — A notificação da liquidação adicional deverá conter as menções referidas no n.º 3 do artigo 7.º

3 — Quando tenha sido liquidada quantia superior à devida, devem os serviços, no prazo de 30 dias, mediante despacho do órgão competente para o acto, proceder à devolução da quantia indevidamente paga.

Artigo 10.º

Arredondamentos

1 — Em todas as liquidações previstas na Tabela anexa deve proceder-se, no total, ao arredondamento para a segunda casa decimal do valor em euros.

2 — As medidas de tempo, superfície, volume e lineares são sempre arredondadas por excesso para a unidade ou fracção superior.

Artigo 11.º

Taxas liquidadas e não pagas

1 — O não pagamento das taxas dentro dos prazos estabelecidos origina a comunicação de débito ao tesoureiro, seguindo o procedimento da cobrança virtual, com as necessárias adaptações.

2 — As taxas liquidadas a pedido do interessado e não pagas no próprio dia da liquidação são debitadas ao tesoureiro, para efeitos de cobrança coerciva.

Artigo 12.º

Cobrança

A cobrança das taxas e outras receitas municipais deve ser efectuada na Tesouraria municipal, no próprio dia da liquidação, antes da prática ou verificação dos actos ou factos a que respeitem, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 13.º

Cobrança coerciva

1 — Quando não se verificar o pagamento das taxas constantes da Tabela anexa, nos prazos estipulados, devem as mesmas ser objecto de instauração de processo para efeitos de cobrança coerciva.

2 — A cobrança das taxas para além do prazo fixado determina a cobrança de juros de mora.

Artigo 14.º

Formas de pagamento

As formas de pagamento e repartição de taxas são as previstas nos artigos 80º e 81.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto.

Artigo 15.º

Meios de impugnação

1 — As reclamações contra a liquidação e cobrança de taxas, mais-valias e demais rendimentos de natureza tributária são deduzidos perante a Câmara Municipal nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

2 — As impugnações judiciais contra a liquidação e cobrança de taxas, mais-valias e demais rendimentos de natureza tributária são deduzidas nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 16.º

Pagamento em prestações

1 — A pedido fundamentado do interessado, pode ser autorizado pela Câmara Municipal, mediante proposta dos serviços, o pagamento das taxas em prestações, desde que o seu valor anual não seja inferior a 20 unidades de conta ou duzentas unidades de conta para taxas de operações urbanísticas.

2 — A autorização do pagamento fraccionado das taxas devidas pela emissão de alvarás de licença de loteamento, de obras de urbanização e de edificação, bem como a taxa devida pela realização, reforço e manutenção das infra-estruturas urbanísticas está ainda condicionada à prestação de caução, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 117.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

Artigo 17.º

Deferimento tácito

Em caso de deferimento tácito do pedido, a operação urbanística está sujeita ao pagamento da taxa que seria devida pela prática do respectivo acto expresso.

Artigo 18.º

Buscas

1 — Sempre que o interessado não indique o ano de emissão do documento requerido, é devida taxa por cada ano de pesquisa do mesmo, excluindo o ano da apresentação do pedido.

2 — O limite máximo de buscas é de 15 anos, salvo se os serviços dispunham de meios informáticos que lhes permitam uma busca para além desse limite.

Artigo 19.º

Devolução de documentos

Quando os documentos autênticos devam ficar juntos ao processo e o requerente manifeste interesse na sua devolução, os serviços devolvem o original, depois de extraírem fotocópia do mesmo e de cobrarem a taxa respectiva.

Artigo 20.º

Sanções

1 — A inexactidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para emissão de licenças ou liquidação de taxas, que ocasione a liquidação e cobrança de importâncias inferiores às efectivamente devidas é punida nos termos previstos no Regime Geral das Infracções Tributárias aprovado pelo artigo 1.º, n.º 1, da Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho.

2 — As infracções ao presente Regulamento, que não se enquadrem no disposto no número anterior, constituem contra-ordenações puníveis nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na sua actual redacção.

3 — O montante das coimas é no mínimo o valor da retribuição mínima mensal garantida e no máximo cinco vezes esse valor, tratando-se de pessoa singular, e no mínimo cinco vezes o valor daquela retribuição e no máximo de 20 vezes o mesmo valor.

4 — Sem prejuízo de eventual responsabilidade civil, disciplinar ou criminal, o incumprimento das condições estabelecidas para utilização de cartografia digital fornecida pelo Município é punível nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82.

5 — A tentativa e negligência são puníveis nos termos previstos no diploma referido no número anterior.

SECÇÃO I

Isenções de taxas

Artigo 21.º

Isenções

1 — Estão isentos do pagamento das taxas previstas neste Regulamento as seguintes pessoas colectivas:

a) As associações humanitárias, culturais, de desenvolvimento local e desportivas, quando legalmente constituídas, e com estatuto de utilidade pública, pelas actividades que se destinem directa e imediatamente à realização dos seus fins estatutários;

b) As instituições particulares de solidariedade social, legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem directa e imediatamente à realização dos seus fins estatutários;

2 — Estão ainda isentos das taxas previstas neste Regulamento os seguintes actos e serviços:

- a) A entrada em museus municipais para crianças e jovens de idade não superior a 18 anos, professores e estudantes de todos os graus de ensino e pessoas com idade superior a 60 anos;
- b) A utilização de imóveis do Município e a ocupação de espaços públicos para fins artísticos e culturais, nomeadamente para exposições de arte sem fim lucrativo e realização de filmagens de índole cultural ou de divulgação do Município.

Artigo 22.º

Isenções por razões sociais e de interesse económico

A requerimento devidamente fundamentado do interessado e sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal pode isentar, total ou parcialmente, pessoas singulares ou colectivas do pagamento de taxas, em casos de natureza social devidamente justificados ou de relevante interesse para o Município.

Artigo 23.º

Isenções por razões de reabilitação urbana

Na sequência da publicação do Regime Excepcional e Temporário para a Reabilitação de Edifícios constante do Dec. Lei n.º 53/2014 de 08/04 e no sentido de impulsionar a reabilitação urbana no concelho de Almeirim, durante o período de vigência do referido diploma, toda e qualquer operação urbanística realizada em terrenos integrados em Área de Reabilitação Urbana (ARU), ou em terrenos totalmente abrangidos por uma zona de transição adjacente à ARU e que diste até 100m do seu limite, estão isentas do pagamento de TRIU e de Compensações previstas no art.º 14º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Almeirim e fixadas nos artigos 20º a 27º da Tabela de Taxas anexa.

Artigo 24.º

Requerimento de licenças

1 — As isenções referidas no artigo 21.º não dispensam os beneficiários, salvo quanto à alínea b) do seu n.º 2, de requererem à Câmara Municipal as necessárias licenças, quando devidas, nos termos da lei e dos regulamentos municipais.

2 — As isenções previstas não autorizam os beneficiários a utilizar meios susceptíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por eventuais danos causados no património municipal.

Artigo 25.º

Guarda de bens por despejo

À guarda de bens resultantes de um despejo efectuado pela Câmara Municipal não é aplicável a taxa do artigo 55.º da Tabela durante os dois primeiros meses.

SECÇÃO II

Reduções de taxas

Artigo 26.º

Redução de taxa

1 — As taxas devidas pela realização de obras de conservação, alteração ou ampliação em imóveis classificados de interesse municipal, na sua totalidade, poderão ser reduzidas em 50% do seu valor, pela Câmara Municipal, a pedido fundamentado do interessado.

2 — A redução prevista no número anterior é aplicável a obras de conservação, alteração ou ampliação em imóveis objecto de programas de reabilitação urbana.

3 — Sob proposta justificada do Presidente da Câmara, e com fundamento na situação económica do país, a câmara municipal pode deliberar a redução temporária das taxas a aplicar, previstas na Tabela de Taxas anexa.

CAPÍTULO II

Procedimentos de liquidação

SECÇÃO I

Urbanização e edificação

Artigo 27.º

Prorrogação do prazo

1 — Os pedidos de prorrogação do prazo de validade das operações urbanísticas devem ser formulados 15 dias antes do seu termo, devendo o pagamento da taxa respectiva ser efectuado igualmente no prazo máximo de 10 dias a contar da data da notificação do deferimento do respectivo pedido de prorrogação, considerando-se como tal a data de registo do ofício acrescida da dilação de três dias úteis.

2 — Na falta de pagamento da taxa respeitante ao averbamento do prazo de validade no prazo indicado, procede-se à sua cobrança coerciva aquando da liquidação respeitante ao alvará de autorização de utilização do edifício ou fracção.

Artigo 28.º

Medições

1 — As medidas em superfície abrangem a totalidade da área a construir, reconstruir ou modificar, incluindo a espessura das paredes, varandas, sacadas, marquises e balcões e a parte que em cada piso corresponde a caixas, vestíbulos das escadas, ascensores e monta-cargas.

2 — Quando, para a liquidação das taxas respeitantes ao alvará de licença ou admissão de comunicação prévia houver que efectuar medições, faz-se um arredondamento por excesso no total de cada espécie.

3 — Quando uma mesma licença diga respeito a obras de diferentes finalidades, são aplicadas a cada parte as respectivas taxas, rateando-se proporcionalmente as áreas de utilização comum.

4 — No caso de, na aprovação definitiva do projecto de arquitectura, haver aumento de área de construção em relação ao projecto apresentado inicialmente, por apresentação de novos elementos, cobra-se a diferença do valor da taxa no acto de emissão do respectivo alvará de licença.

5 — Quando se trate de projectos de alterações a obras em curso ou já executadas, a determinação do tempo de licenciamento, para efeitos de cobrança de taxas, corresponde à constante da calendarização anexa ao projecto de arquitectura. Caso a mesma não seja referida no processo, cobra-se a taxa correspondente ao prazo de execução por um período mínimo de 30 dias.

Artigo 29.º

Vistorias

1 — As taxas relativas a vistorias incluem as despesas com remuneração dos peritos.

2 — Quando as vistorias impliquem a deslocação de peritos ou de fiscais municipais em veículo municipal, são devidas as taxas previstas na Tabela anexa.

SECÇÃO II

Licenciamento zero

Artigo 30.º

Liquidação no âmbito do licenciamento zero

1 — Nos procedimentos de liquidação e sua notificação tratados no «Balcão do Empreendedor» no âmbito do Licenciamento Zero, nos termos do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, a liquidação das taxas é efectuada automaticamente na plataforma, salvo nos casos em que os elementos necessários à realização do pagamento são disponibilizados pelo município após a comunicação ou pedido.

2 — O documento gerado pela plataforma constituirá nota de liquidação e documento de notificação de liquidação para os efeitos previstos neste diploma.

3 — O pagamento das taxas liquidadas através do procedimento previsto neste artigo seguirá as regras previstas para a generalidades das taxas, incluindo as situações de não pagamento.

SECÇÃO III

Ocupação de espaço público e publicidade

Artigo 31.º

Cobrança

1 — As taxas devidas pela publicidade e pela ocupação de espaços públicos são cobradas antecipadamente antes de se iniciar a instalação.

2 — Os clubes desportivos e os grupos recreativos com sede no concelho e com estatuto de utilidade pública, beneficiam de uma redução até 100 % nas taxas de publicidade relativas a suportes publicitários colocados nas suas instalações, desde que comprovem que se trata de publicidade alusiva a patrocinadores e o solicitem por escrito à autarquia.

3 — É proibido, por razões ambientais, a distribuição de publicidade volante.

SECÇÃO IV

Instalações de abastecimento de gás e de combustíveis líquidos

Artigo 32.º

Âmbito da licença

1 — A licença dos aparelhos de abastecimento inclui a utilização da via pública com os tubos condutores que forem necessários ao seu funcionamento.

2 — A substituição de aparelhos de abastecimento por outros da mesma espécie não dá lugar à cobrança de novas taxas.

3 — As taxas previstas na Tabela são cobradas antecipadamente, sendo que em relação às novas licenças se cobra o número de duodécimos correspondentes aos meses até final do período em curso, incluindo-se o mês respeitante ao dia seguinte àquele em que a licença é emitida.

SECÇÃO V

Mercados e feiras

Artigo 33.º

Normas gerais

1 — As taxas podem ser cobradas antecipadamente, quando isso convier à natureza da ocupação e à organização do mercado ou feira.

2 — O direito à ocupação em mercados ou feiras é, por natureza, precário.

SECÇÃO VI

Outras prestações de serviços

Artigo 34.º

Depósito e venda de bens

1 — As despesas com o transporte para o depósito dos bens a que se refere o artigo 55º da Tabela e com a guarda desses bens e outras que vierem a ser ocasionadas pelos mesmos, são da conta dos respectivos proprietários.

2 — Consideram-se abandonados os bens não levantados dentro de 90 dias a partir da notificação ao interessado, a qual é feita, em regra, dentro de 30 dias a contar a partir do início do depósito.

3 — Decorrido o prazo fixado no número anterior, procede-se à venda em hasta pública dos referidos bens, retirando-se da importância obtida a que estiver em débito à Câmara e ficando o remanescente, se o houver, à ordem do respectivo proprietário.

4 — Se a importância obtida na hasta pública for insuficiente para cobrir o débito, procede-se à cobrança da diferença nos termos legais.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 35.º

Actualização

1 — O valor das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento deve ser actualizado anualmente, com a aprovação do orçamento para o ano seguinte, tendo em conta a evolução do índice de preços do consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, as necessárias adaptações à evolução dos custos de mercado, os encargos que incidam sobre os serviços prestados, as correspondentes despesas administrativas e outros factores que devam ser ponderados.

2 — Com vista ao estabelecimento gradual de um maior equilíbrio entre os custos dos serviços prestados e a correspondente receita, as taxas municipais serão objecto de actualizações extraordinárias, entre 2010 e 2018, de valor superior ao índice de preços ao consumidor, de acordo com o estudo económico-financeiro realizado ao abrigo da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de Dezembro.

Artigo 36.º

Integração de lacunas

Aos casos não previstos neste Regulamento, aplicar-se-ão as normas do Código do Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações e, na falta destas, os princípios gerais de direito.

Artigo 37.º

Norma revogatória

Ficam automaticamente revogados os anteriores regulamentos e tabelas de taxas, licenças e outras receitas do município e demais disposições regulamentares contrárias às do presente Regulamento.

Artigo 38.º

Entrada em vigor

As disposições do presente Regulamento e Tabela de taxas municipais entram em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

Tabela de Taxas

CAPÍTULO I Serviços Administrativos Comuns

Artigo 1º Prestação de serviços administrativos

Quadro I Prestação de serviços administrativos

Designação		Valor em euros
1.	Afixação de editais relativos a prestações que não sejam de interesse público	10,65
2.	Alvarás não contemplados na tabela (excepto nomeação e exoneração)	3,73
3.	Apreciação de decisões de indeferimento	21,30
4.	Atestados ou documentos análogos e suas confirmações	1,92
5.	Autos ou termos de qualquer espécie	11,72
6.	Averbamentos que não estejam especialmente previstos na Tabela	27,69
7.	Buscas, por cada ano, exceptuando o corrente ou aquele que o interessado expressamente indique, ainda que não se encontre o objecto de buscas	0,74
8.	Certidões narrativas, por cada lauda	5,33
9.	Cópias autenticadas:	
9.1	Não excedendo uma lauda ou face	1,92
9.2	Por cada lauda ou face, além da primeira, ainda que incompleta	0,74
10.	Conferência e autenticação de documentos apresentados por particulares, por folha	1,83
11.	Cópias de qualquer espécie:	
11.1	Folha A4	0,32
11.2	Folha A3	0,59
11.3	Frente e verso — o dobro dos valores acima indicados	
11.4	Formato superior, por metro quadrado	10,65
12.	Declarações	
12.1	Sobre capacidade e idoneidade para realizar empreitadas, uso de explosivos e situações semelhantes	53,26
12.2	Outras declarações	26,09
13.	Documentos de abertura de concursos de empreitada, de fornecimento e outros, incluindo aviso de abertura do concurso, caderno de encargos e programa do concurso:	
13.1	Por cada folha A4	1,06
13.2	Por cada folha A3	1,59
13.3	Por cada projecto, planta ou peça desenhada incluída nos documentos:	
13.3.1	Folha A4	2,66
13.3.2	Folha A3	4,26
13.3.3	Tamanho superior a A3	6,92
13.4	Por cada hora de trabalho dispendido na reprodução e compilação dos documentos a fornecer aos interessados	106,51
14.	Duplicado ou substituição de documentos extraviados ou em mau estado	2,66
15.	Envio de documentos via postal, a pedido do interessado, não incluindo portes de correio	3,73
16.	Início de procedimento administrativo sujeito a deliberação ou decisão municipal, sem taxa especialmente prevista na Tabela (preparo)	5,33
17.	Impressos normalizados, a pedido dos interessados	1,49
18.	Pareceres emitidos pelo Município:	
18.1	Sobre compropriedade de prédio	53,26
18.2	Sobre outros assuntos não especialmente previstos na Tabela	83,08
19.	Pedidos de desistência de pretensões formuladas	5,33
20.	Queixas ou participações contra terceiros que não impliquem a realização de vistoria para averiguação dos factos, e que visem a defesa de direito ou interesse do queixoso (a restituir, se se verificar o interesse público da matéria em causa)	10,65
21.	Registo de declaração de responsabilidade técnica	7,99
22.	Registo de minas e de nascentes de águas mineromedicinais	31,97
23.	Registo de requerimentos verbais	2,14
24.	Regulamentos municipais — cada	3,20
25.	Rubricas em livros, quando legalmente exigidas — cada livro	10,65
26.	Segunda-via de documento, não especialmente prevista na Tabela	5,33
27.	Termo de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade — cada livro	2,14
28.	Termo de entrega de documentos juntos a processos, cuja restituição haja sido autorizada, excepto nos casos em que a lei preveja a devolução dos documentos	1,06
29.	Termo de responsabilidade, idoneidade e justificação administrativa	2,14
30.	Outros serviços ou actos não especialmente previstos nesta Tabela ou em legislação especial	2,14

CAPÍTULO II
Urbanização e Edificação

SECÇÃO I
Procedimentos

Artigo 2.º
Direito à informação

Quadro II
Direito à informação

	Designação	Valor em euros
1.	Pedidos apresentados no âmbito do artigo 110.º do RJUE, ou outros não especificados	21,30

Artigo 3.º
Informações Prévias

Os pedidos apresentados no âmbito do artigo 14.º do RJUE, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro III
Início do procedimento e apreciação

	Designação	Valor em euros
1.	Início de procedimento	21,30
2.	Edificações, acresce ao montante referido em 1:	
	2.1 Edificação em geral	106,51
	2.2 Obras com impacte relevante (nos termos dos disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE)	213,02
3.	Loteamentos e obras com impacto semelhante a loteamento, acresce ao montante referido em 1:	
	3.1 Loteamento — por lote	26,63
	3.2 Obra com impacte semelhante a operação de loteamento — por unidade de ocupação (nos termos dos disposto no n.º 5 do artigo 57.º do RJUE)	21,30
4.	Pedidos de informação prévia relativos a outras operações urbanísticas	58,59
5.	Pedido de informação prévia relativa à construção e alteração de instalações de armazenamento e postos de abastecimento de combustíveis	159,77
6.	Pedido de informação prévia relativo à instalação de estabelecimento industrial	198,75
7.	Pedido de informação prévia relativo à instalação de empreendimento turístico	198,75
8.	Início do procedimento previsto no n.º 3 do artigo 17º do RJUE	198,75

Artigo 4.º
Comunicações Prévias e Licenciamentos

Os pedidos apresentados no âmbito dos artigos 18.º e 34.º do RJUE, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro IV
Início do procedimento e apreciação

	Designação	Valor em euros
1.	Início de procedimento relativo a operações urbanísticas previstas no n.º 2 e n.º 4 do artigo 4º do RJUE	21,30
2.	Início de procedimento relativo a outras operações urbanísticas	21,30

Artigo 5.º
Títulos referentes a Comunicações Prévias e Licenciamentos

Os pedidos de emissão de alvará relativos a obras sujeitas a licenciamento e o início de obras objecto de admissão de comunicação, nos termos previstos no RJUE, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro V
Pedido de emissão do alvará de licença ou de admissão de comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização

	Designação	Valor em euros
1.	Emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia	79,89
1.1	Acresce ao montante referido em 1:	
	a) Por lote	31,97
	b) Por fogo	21,30
	c) Garagens acima da cota de soleira — por cada m2 ou fracção	1,06
	d) Outras utilizações — por cada m2 ou fracção	1,87
	e) Prazo — por cada mês	31,97

	f) Sobre o valor orçamentado das obras de urbanização a executar — 1 %	
2.	Alteração de alvará — Aditamento ou alteração de comunicação prévia	31,97
2.1	Acréscimo ao montante referido em 2:	
	a) Por lote resultante do aumento autorizado	31,97
	b) Por fogo resultante do aumento autorizado	21,30
	c) Garagens acima da cota de soleira — por cada m2 ou fracção resultante do aumento autorizado	1,06
	d) Outras utilizações — por cada m2 ou fracção resultante do aumento autorizado	1,87
	e) As taxas das alíneas e) e/ ou f) do n.º 1.1 no caso da alteração originar dilação do prazo e/ ou aumento do valor inicialmente orçamentado.	

Quadro VI

Pedido de emissão do alvará de licença ou de admissão de comunicação prévia de loteamento

Designação		Valor em euros
1.	Emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia	79,89
1.1	Acréscimo ao montante referido em 1:	
	a) Por lote	31,97
	b) Por fogo	21,30
	c) Garagens acima da cota de soleira — por cada m2 ou fracção	1,06
	d) Outras utilizações — por cada m2 ou fracção	1,87
2.	Alteração de alvará — Aditamento ou alteração de comunicação prévia	31,97
2.1	Acréscimo ao montante referido em 2:	
	a) Por lote resultante do aumento autorizado	31,97
	b) Por fogo resultante do aumento autorizado	21,30
	c) Garagens acima da cota de soleira — por cada m2 ou fracção resultante do aumento autorizado	1,06
	d) Outras utilizações — por cada m2 ou fracção resultante do aumento autorizado	1,87

Quadro VII

Pedido de emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia de obras de urbanização

Designação		Valor em euros
1.	Emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia	79,89
1.1	Acréscimo ao montante referido no número anterior:	
	a) Prazo — por cada mês	31,97
	b) Sobre o valor orçamentado das obras de urbanização a executar — 1 %	
2.	Alteração de alvará — Aditamento ou alteração de comunicação prévia	31,97
2.1	Acrescem as taxas das alíneas a) e ou b) do n.º 1.1 no caso da alteração originar dilacção do prazo e ou aumento do valor inicialmente orçamentado.	

Quadro VIII

Pedido de emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia de trabalhos de remodelação dos terrenos

Designação		Valor em euros
1.	Emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia	79,89
1.1	Acréscimo ao montante referido no número anterior:	
	a) Até 1.000 m2	106,51
	b) De 1.001 m2 a 2.000 m2	266,28
	c) De 2.001 m2 a 5.000 m2	745,58
	d) De 5.001 m2 a 10.000 m2	1.597,67
	e) Mais de 10.000 m2 — acresce ao montante anterior por cada 1000 m2 ou fracção	138,46
2.	Prazo — por cada mês	7,99
3.	Alteração de alvará — Aditamento	26,63

Quadro IX

Pedido de emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia para obras de edificação

Designação		Valor em euros
1.	Taxa geral, em função do prazo de execução, a aplicar em todas as licenças, autorizações ou admissões de comunicação prévia — por cada mês ou fracção	7,99
2.	Taxas especiais a acumular com a do número anterior, quando devidas:	
2.1	Obras de construção, de reconstrução, de ampliação ou de alteração:	
	a) Para habitação, incluindo anexos e arrecadações — por m2 ou fracção:	
	a1) Habitação unifamiliar	1,59
	a2) Habitação plurifamiliar	1,87
	b) Para comércio, serviços ou outros fins lucrativos, incluindo arrecadações — por m2 ou fracção	3,20
	c) Para indústria, incluindo armazéns de apoio — por m3 ou fracção	1,06
	d) Para apoio agrícola, silvicultura ou pecuária, incluindo armazéns de apoio — por m3 ou fracção	1,06
	e) Para estufas, por m2 ou fracção	
	e1) Até 500 m2	0,40
	e2) De 501m2 até 2.000 m2	0,20
	e3) De 2001m2 até 1ha	0,15

	e4) Mais de 1ha	0,10
	f) Para garagens individuais ou colectivas e parqueamentos cobertos — por m2 ou fracção	1,06
2.2	Construção, reconstrução ou alteração de muros de suporte com mais de 2 metros de altura, ou que alterem significativamente a topografia do terreno, ou de vedação — por metro linear ou fracção:	
	a) Confinantes com a via pública (1,60m até 2,00m)	3,50
	b) Não confinantes com a via pública (1,80m até 2,20m)	2,50
	c) Muros de vedação nos termos da alínea d) n.º4 do artigo 25º do RJUE	5,00
2.3	Construção, reconstrução ou alteração de telheiros, hangares, alpendres, capoeiras, quando do tipo ligeiro:	
	a) Por m2 ou fracção - Primeiros 30 m2 no prédio	1,00
	b) Por m2 ou fracção - Acima de 30 m2 no prédio	3,00
2.4	Construção, reconstrução ou alteração de terraços ou quando sirvam de cobertura utilizável em logradouro, esplanada, etc. — por m2 ou fracção	1,27
2.5	Construção de equipamentos privados, designadamente piscinas, campos de ténis ou outros sem fins lucrativos — por m2 ou fracção	3,73
2.6	Modificação de fachadas incluindo a abertura, ampliação ou fechamento de vãos de portas e janelas — por m2 ou fracção da área da fachada correspondente ao piso intervenção	2,66
2.7	Demolição de edifícios e outras construções, quando não integradas em procedimento de licença ou de comunicação prévia para construção nova — por cada 100 m3	5,33
3.	Corpos salientes de construções, na parte projectada sobre áreas públicas — taxas a acumular com as dos números anteriores — por m2 ou fracção:	
3.1	Varandas abertas	15,98
3.2	Outros corpos salientes destinados a aumentar a superfície útil da edificação	37,28

Quadro X

Pedido de emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia de obras de demolição

	Designação	Valor em euros
1.	Emissão do alvará ou comunicação prévia de obras de demolição	10,65
1.1	Acresce ao montante referido em 1 — Por cada 100 m3 ou fracção	6,39

Artigo 6.º

Autorização de Utilização de edifícios e suas fracções

Os pedidos de autorização de utilização e de alteração de autorização de utilização, nos termos do artigo 62.º do RJUE, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XI

Autorização e alteração de utilização de edifícios e suas fracções

	Designação	Valor em euros
1.	Apresentação do pedido para fins habitacionais	
1.1	Por cada fogo e seus anexos	21,30
1.2	Por cada 50 m2 ou fracção	15,98
2.	Apresentação do pedido para fins não habitacionais	
2.1	Por cada unidade de utilização independente	26,63
2.2	Por cada 100m2 de área de construção ou fracção	21,30
2.3	Por cada 100m2 de área de terreno afecta à ocupação do solo de recintos ao ar livre	53,26
3.	Acresce, por cada estabelecimento, ao valor definido no ponto 2:	
3.1	Superfícies comerciais abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 21/2009 de 19/01	532,55
3.2	Comércio ou armazenagem de produtos alimentares, não alimentares e de prestação de serviços	74,55
3.3	Estabelecimentos de Restauração e/ ou Bebidas	74,55
3.4	Estabelecimentos de Restauração e/ ou Bebidas com espaço de dança	213,02
3.5	Estabelecimentos de Restauração e/ ou Bebidas com fabrico de pastelaria, panificação e gelados	133,15
3.6	Estabelecimentos turísticos e hoteleiros	
	a) Estabelecimentos hoteleiros, Aldeamentos turísticos ou Apartamentos turísticos	213,02
	b) Conjuntos turísticos (resorts)	213,02
	c) Empreendimentos de turismo de habitação, Empreendimentos de turismo no espaço rural, Parques de campismo e de caravanismo, e Empreendimentos de turismo de natureza	213,02
	d) Acresce por cama	10,65
3.7	Recintos de diversão e de espectáculos	159,77
3.8	Instalações desportivas de uso público	159,77
3.9	Estabelecimento industrial	
	a) Tipo 1	532,55
	b) Tipo 2	426,04
	c) Tipo 3	213,02
4.	Pela emissão do alvará	26,63
5.	Aditamento ao alvará	26,63

Artigo 7º
Mera comunicação prévia e Comunicação prévia com prazo

Quadro XII
Mera comunicação prévia e Comunicação prévia com prazo

Designação		Valor em euros
1.	Instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos no âmbito do Licenciamento Zero	
1.1	Mera comunicação prévia de instalação de estabelecimento	25,00
1.2	Comunicação prévia com prazo da dispensa de requisitos de instalação/ funcionamento de estabelecimento	50,00
1.3	Comunicação prévia com prazo de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	25,00
1.4	Comunicação de alteração do nome/insígnia do estabelecimento	10,00
1.5	Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento	10,00
1.6	Comunicação de ampliação/redução da área de venda do estabelecimento	10,00
1.7	Mera comunicação prévia de alteração do ramo de atividade	10,00
1.8	Comunicação do encerramento do estabelecimento	10,00
2.	Mera comunicação prévia de abertura de estabelecimento de alojamento local	50,00
3.	Mera comunicação prévia de abertura de instalações desportivas de uso público	50,00
4.	Mera comunicação prévia de venda de animais de companhia em feira/ mercado	50,00
5.	Estabelecimentos industriais	
5.1	Mera comunicação prévia para instalação de estabelecimentos industriais incluídos no tipo 3	50,00
5.2	Mera comunicação prévia de alteração de estabelecimento industrial	50,00

Artigo 8º
Classificação e revisão de classificação de Empreendimento Turístico

Quadro XIII
Classificação e revisão de classificação de Empreendimento Turístico

Designação		Valor em euros
1.	Auditoria de classificação e de revisão de classificação de Empreendimentos Turísticos	337,50

Artigo 9º
Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis

Quadro XIV
Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis

Designação		Valor em euros
1.	Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis sujeitos a licenciamento municipal	
1.1	Apreciação do pedido de aprovação do projeto	159,77
1.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	532,55
1.3	Emissão do alvará de licença ou de admissão de comunicação prévia	266,28
1.4	Pedido de autorização de utilização	213,02
1.5	Emissão de alvará de utilização	26,63
2.	Instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a licenciamento simplificado	
2.1	Apreciação do projecto de licenciamento	
2.1.1	Instalações Classe A1	159,77
2.1.2	Instalações Classe A2	159,77
2.1.3	Instalações Classe A3	159,77
2.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	337,50
2.3	Emissão de licença de exploração - Classe A	26,63
3.	Instalações de armazenamento de combustíveis não sujeitas a licenciamento	
3.1	Instalações Classe B2	168,75
4.	Averbamentos	26,63

Artigo 10º
Estabelecimentos Industriais

Quadro XV
Estabelecimentos Industriais

Designação		Valor em euros
1.	Pedido de autorização de instalação de actividade industrial em edifício destinado a habitação/ comércio ou serviços	198,75
2.	Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	337,50

SECÇÃO II
Procedimentos especiais

Artigo 11.º
Licença parcial

A emissão de licença parcial destinada à construção da estrutura, prevista no n.º 6 do artigo 23º do RJUE, está sujeita ao pagamento da seguinte taxa:

Quadro XVI
Pedido de emissão de alvará de licença parcial

Designação		Valor em euros
1.	Emissão de licença parcial em caso de construção da estrutura	30 % do valor da taxa devida pela emissão do alvará e licença ou admissão de comunicação prévia

Artigo 12.º
Licença ou comunicação prévia relativas a obras inacabadas

A emissão de alvará de licença especial ou admissão de comunicação prévia relativa a obras inacabadas, abrangidas pelo artigo 88.º do RJUE, está sujeita ao pagamento da seguinte taxa:

Quadro XVII
Licença especial ou admissão de comunicação prévia relativa a obras inacabadas

Designação		Valor em euros
1.	Pedido de licença especial ou admissão de comunicação prévia para conclusão de obras inacabadas — por cada mês ou fracção	8,52
2.	Emissão de licença especial ou admissão de comunicação prévia	26,63

SECÇÃO III
Outros procedimentos

Artigo 13.º
Prorrogação do prazo

A prorrogação dos prazos previstos nos artigos 53.º e 58.º do RJUE, está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XVIII
Prorrogações

Designação		Valor em euros
1.	Início do procedimento	21,30
2.	Do prazo de execução das obras de urbanização — por cada mês ou fracção:	
2.1	Artigo 53.º, n.º 3 do RJUE	31,97
2.2	Artigo 53.º, n.º 4 do RJUE (obras em fase de acabamentos)	53,26
3.	Do prazo de execução das obras de edificação — por cada mês ou fracção:	
3.1	Artigo 58.º, n.º 5 do RJUE	7,45
3.2	Artigo 58.º, n.º 6 do RJUE (obra em fase de acabamentos)	13,31
3.3	Artigo 58.º, n.º 7 do RJUE	106,51

Artigo 14.º
Ocupação de via pública por motivo de obras

A ocupação de espaços públicos por motivos de obras, está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XIX
Ocupação da via pública por motivo de obras

Designação		Valor em euros
1.	Apresentação do pedido	21,30
2.	Pela emissão do alvará	26,63
2.1	Acresce à taxa prevista no n.º 2:	
	a) Tapumes ou outros resguardos e andaimes — por mês e por m2 ou fracção de área delimitada na base	2,14
	b) Gruas, guindastes e similares colocados no espaço público, ou que se projectem sobre o espaço público — por mês e por unidade	31,97
	c) Outras ocupações, fora dos tapumes ou resguardos — por mês:	5,33
	C1) Caldeiras, amassadouros, depósitos de entulhos ou de materiais, silos, bem como outras ocupações autorizadas — por m2 ou fracção	5,33
	C2) Estaleiros de apoio às obras e contentores — por m2 ou fracção de área delimitada na base	5,33

Artigo 15.º

Vistorias

A realização de vistorias, está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XX

Vistorias

Designação		Valor em euros
1.	Pedido de vistoria para efeitos de autorização de utilização ou suas alterações	79,89
1.1	Por cada fogo, em acumulação com o montante referido no n.º 1	21,30
1.2	Por cada unidade independente de utilização, em acumulação com o montante referido no n.º 1	21,30
2.	Acresce à taxa prevista nos pontos anteriores:	
2.1	Comércio ou armazenagem de produtos alimentares, não alimentares e de prestação de serviços, cujo funcionamento possa envolver risco para a saúde e segurança	106,51
2.2	Superfícies Comerciais abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 21/2009 de 19/01	253,12
2.3	Estabelecimentos de Restauração e/ ou bebidas	159,77
2.4	Estabelecimentos de Restauração e/ ou bebidas com espaço de dança	159,77
2.5	Estabelecimentos de Restauração e/ ou bebidas com fabrico de pastelaria, panificação e gelados	159,77
2.6	Estabelecimentos Turísticos e hoteleiros	266,28
2.7	Recintos de diversão e de espectáculos	253,12
2.8	Instalações desportivas de uso público	253,12
2.9	Estabelecimentos Industriais	
	2.9.1 Tipo 1	253,12
	2.9.2 Tipo 2	159,77
	2.9.3 Tipo 3	106,51
	2.9.4 Vistorias de conformidade	159,77
	2.9.5 Vistorias prévias relativas ao procedimento de mera comunicação prévia de estabelecimento industrial para exercício de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal (<i>O montante destinado a entidades públicas da administração central que intervenham nos atos de vistoria é definido no anexo V do SIR</i>)	337,50
2.9	Vistoria a realizar para efeitos de emissão de certidão de constituição em regime de propriedade horizontal	31,97
	a) Por cada fogo ou unidade independente de utilização, em acumulação com o montante referido no número anterior	10,65
2.10	Vistoria a realizar para efeitos de verificação das condições de utilização dos edifícios ou suas fracções	106,51
2.11	Vistoria a realizar para efeitos de emissão de certidão em como as edificações foram construídas anteriormente à data de aplicação do RGEU	53,10
2.12	Vistoria para efeitos de recepção provisória ou definitiva	79,89
2.13	Outras vistorias não previstas nos números anteriores	106,51

Artigo 16.º

Arrendamento e Reabilitação Urbana

Quadro XXI

Arrendamento e Reabilitação Urbana

Designação		Valor em euros
1.	Pedido de vistoria inicial para determinação do nível de conservação do prédio	40,08
2.	Pedido de vistoria final para determinação do nível de conservação prédio	61,02
3.	Pedido de vistoria inicial de fracções (após a primeira)	10,02
4.	Pedido de vistoria final de fracções (após a primeira)	15,03
5.	Pedido de relatório para definição das obras necessárias	20,04

Artigo 17º

Operações de destaque

O pedido e a emissão de certidão de destaque, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XXII

Operações de destaque

Designação		Valor em euros
1.	Apresentação do pedido	106,51
2.	Emissão da certidão de comprovação	21,30

Artigo 18.º

Recepção de obras de urbanização

Os actos de recepção provisória ou definitiva de obras de urbanização estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XXIII
Recepção de obras de urbanização

Designação		Valor em euros
1.	Por auto de recepção provisória de obras de urbanização	106,51
1.1	Por lote, em acumulação com o montante referido no número anterior	10,65
2.	Por auto de recepção definitiva de obras de urbanização	53,26
2.1	Por lote, em acumulação com o montante referido no número anterior	5,33

Artigo 19.º
Outros licenciamentos e serviços

Quadro XXIV
Outros licenciamentos e serviços

Designação		Valor em euros
1.	Licenciamento de antenas de telecomunicações e de energias renováveis	
1.1	Apreciação do pedido	106,51
1.2	Autorização	1.405,95
1.3	Autorização limitada	1.065,11
1.4	Ocupação do terreno do município ou sob sua jurisdição (por unidade e por mês)	320,54
2.	Emissão de alvarás diversos	
2.1	Construção de tanques (por m3)	5,33
2.2	Construção de depósitos e obras equivalentes (por m3)	2,14
2.3	Abertura de poços, incluindo construção de resguardos (por cada)	10,65
3.	Autenticação de projecto de arquitectura ou de especialidade aprovados	10,65
3.1	Acresce por folha	0,53
4.	Certidões não especialmente previstas na tabela	26,63
5.	Pedido de atribuição de número de polícia	15,98
6.	Avisos de publicitação	5,33
7.	Livro de obra	5,33
8.	Certificação de documentos destinados à obtenção de título de registo ou certificado de classificação de industrial de construção civil, nomeadamente sobre estimativa do custo de obras e modo como as mesmas foram executadas	21,30
9.	Fornecimento de alinhamentos	21,30
10.	Fornecimento de cartografia — plantas topográficas de localização (por folha)	
10.1	A4	5,33
10.2	A3	6,39
10.3	Outros formatos e suportes (por m2)	7,99
11.	Averbamentos	26,63
12.	Certidão de propriedade horizontal	
12.1	Por pedido	53,26
12.2	Emissão da certidão (por lauda)	10,65
13.	Depósito e emissão de 2.ª via da ficha técnica de habitação	53,26

SECÇÃO IV
Taxas pela realização, reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas (TRIUI)

Artigo 20.º
Âmbito de aplicação

1 - A TRIUI é devida no licenciamento, autorização e alteração de utilização, ou admissão de comunicação prévia das seguintes operações urbanísticas ou, outros que igualmente, pela sua natureza impliquem um acréscimo de encargos públicos de realização, manutenção e reforço das infra-estruturas gerais:

- a) Operações de loteamento e obras de urbanização;
- b) Obras de construção e de ampliação não inseridas em loteamentos.
- c) Obras de construção e de ampliação inseridas em loteamentos cuja liquidação das taxas devidas pela emissão do respectivo alvará tenha sido efectuada antes da entrada em vigor do presente regulamento;

2 - Com a emissão do alvará relativo a obras de construção ou ampliação ou com a admissão de comunicação prévia não são devidas as taxas referidas no número anterior se as mesmas já tiverem sido pagas previamente aquando do licenciamento ou autorização da correspondente operação de loteamento e urbanização.

3 - A taxa referida no n.º 1 varia proporcionalmente ao investimento municipal que a operação em causa implicou ou venha a implicar.

4 - Quando se verifique alteração de utilização, de acordo com a tipologia de uso definida no Quadro K1i, é devida a TRIUI, aplicando-se nestes casos o diferencial do coeficiente previsto em K1.

Artigo 21.º
Redução da TRIUI

1 - Nas situações previstas nos n.ºs 1 e 3 do artigo 25º do RJUE, ao valor da TRIUI poderá ser deduzida uma parte ou a totalidade, em função do valor das obras de infra-estruturas que o promotor se obrigue a realizar ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infra-estruturas por um período mínimo de 10 anos.

2 - O valor das infra-estruturas referido no número anterior corresponde ao valor estimado pelo Município para a respectiva realização, e constará no contrato a celebrar por aplicação do n.º 3 do art.º 25º do RJUE.

Artigo 22º Cálculo da TRIU

A TRIU é fixada para cada unidade territorial em função do custo das infra-estruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, tendo ainda em conta o programa plurianual de investimentos municipais, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TRIU = \sum (K1i \times K2 \times K3 \times 0,85 V \times Si + 5 \times PPI \times Si/\Omega)$$

em que:

TRIU — valor, em euros, da taxa devida ao município pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas;

K1i — coeficiente que traduz a influência do uso e tipologia, de tal forma que i pode assumir as tipologias abaixo discriminadas, e toma os seguintes valores:

Tipologias de construção	K1
Habitação unifamiliar	0,50
Edifícios colectivos destinados a habitação, comércio, serviços, armazéns e indústrias	1,00
Armazéns ou indústrias em edifícios tipo industrial	0,70
Anexos sem funções exclusivas de estacionamento	0,30
Áreas para estacionamento privativo	0,00

K2 — coeficiente que traduz o nível de infra-estruturação do local, nomeadamente da existência e do funcionamento das seguintes infra-estruturas públicas, e toma os seguintes valores:

Infra-estruturas públicas existentes	K2
Nenhumas	0,25
Arruamentos	0,60
Arruamentos e rede de abastecimento de água	0,70
Arruamentos, rede de abastecimento de água e rede de saneamento	1,00

K3 — coeficiente que traduz a influência da localização em áreas geográficas diferenciadas, de acordo com os valores constantes do quadro seguinte:

Localização		K3
Almeirim	Centro cívico	0,025
	Zonas consolidadas	0,020
	Zonas de expansão	0,025
	Zonas industriais	0,005
Benfica/Cortiços	Centro cívico	0,015
	Zonas consolidadas	0,010
	Zonas de expansão	0,015
	Zonas industriais	0,005
Fazendas de Almeirim	Centro cívico	0,015
	Zona habitacional a consolidar	0,010
	Zonas industriais	0,005
Centros concelhios de 3.ª e 4.ª ordem		0,005
Áreas diferenciadas dos aglomerados urbanos		0,010
Restante área do concelho		0,020

V — valor, em euros, correspondente ao custo do m2 de construção na área do município, decorrente do preço de habitação por m2, a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril, fixado anualmente por Portaria publicada para o efeito;

Si — área bruta, em m2, das diferentes superfícies de pavimentos discriminadas, assumindo as tipologias de construção aplicáveis a K1i, com exclusão da área das caves se destinadas a estacionamento;

PPI — valor médio anual, em euros, do investimento previsto no programa plurianual de investimentos municipais para execução de infra-estruturas urbanísticas e equipamentos públicos destinados a educação, saúde, cultura, desporto e lazer;

Ω — área total do concelho em m2 (227.898.340 m2).

SECÇÃO V Compensações

Artigo 23.º

Áreas para espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos

1 — As operações urbanísticas que, nos termos do número seguinte, devam prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos de utilização colectiva, ficam sujeitas à aplicação dos parâmetros de dimensionamento definidos no PMOT ou, em caso de omissão, pela Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de Março.

2 — Estão sujeitas ao disposto no número anterior as seguintes operações urbanísticas;

a) Operações de loteamento ou suas alterações;

b) As obras que, nos termos do artigo 12º e 13º do RMUEA sejam geradoras de impacto semelhante a loteamento ou de impacto relevante.

3 — É da competência da Câmara Municipal, decidir, em cada caso, ponderadas as condicionantes e nos termos da lei, se no prédio a lotear há lugar a cedência de terreno para instalação de equipamento público, espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva.

Artigo 24.º

Cedências

1 — O proprietário e demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear cedem, gratuitamente, à Câmara Municipal parcelas de terreno para instalação de espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos de utilização colectiva que, de acordo com a lei e licença ou admissão de comunicação prévia de loteamento, devam integrar o domínio público municipal, integração essa que se efectuará nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º do RJUE.

2 — As áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva e a equipamentos de utilização colectiva a integrar no domínio municipal deverão sempre possuir acesso directo a espaço ou via públicos e a sua localização será tal que contribua para a qualificação do espaço urbano onde se integram e para o usufruto da população instalada ou a instalar no local. Para além disso, as áreas destinadas exclusivamente a espaços verdes e de utilização colectiva deverão comportar pelo menos uma parcela com mais de 200 m² e onde seja possível inscrever uma circunferência com o mínimo de 10 m de diâmetro.

Artigo 25.º

Cálculo da compensação

1 — O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de acordo com a seguinte fórmula:

$$C = C1 + C2$$

em que:

C — valor, em euros, do montante total da compensação devida ao município;

C1 — valor, em euros, do montante total da compensação devida ao município pela não cedência, no todo ou em parte, das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva e a de equipamentos de utilização colectiva;

C2 — valor, em euros, da compensação devida ao município quando o prédio já se encontre servido pelas seguintes infra -estruturas locais: arruamentos viários e pedonais; redes de drenagem de águas residuais domésticas, de abastecimento de água e de águas pluviais.

a) O cálculo do valor de C1 resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$C1 = K \times A \times 0,17 \times V$$

em que:

K — coeficiente que traduz a influência da localização em áreas geográficas diferenciadas, de acordo com os valores do quadro seguinte:

Localização		K
Almeirim	Centro cívico	0,19
	Zonas consolidadas	0,15
	Zonas de expansão	0,19
	Zonas industriais	0,02
Benfica/Cortiços	Centro cívico	0,11
	Zonas consolidadas	0,08
	Zonas de expansão	0,11
	Zonas industriais	0,08
Fazendas de Almeirim	Centro cívico	0,11
	Zona habitacional a consolidar	0,08
	Zonas industriais	0,08
Centros concelhios de 3.ª e 4.ª ordem		0,08
Áreas diferenciadas dos aglomerados urbanos		0,08
Restante área do concelho		0,15

V — valor em euros para efeitos de cálculo correspondente ao custo do metro quadrado de construção fixado na Portaria anualmente publicada para o efeito, para a zona do Concelho de Almeirim;

A — valor, em metros quadrados, da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização colectiva bem como para instalação de equipamentos públicos, calculado de acordo com os parâmetros previstos no RPDM ou, em caso de omissão, na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de Março.

b) O cálculo do valor C2 resulta da seguinte fórmula:

$$C2 = 0,25 \times (Q1 + Q2)$$

em que:

Q1 — valor, em euros, correspondente ao custo das redes existentes de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais domésticas e de águas pluviais nos arruamentos confrontantes com o prédio em causa, calculado pelo produto do comprimento da confrontação do prédio com o arruamento onde existem essas infra-estruturas pelo custo por mililitro dessas redes, constante do artigo 82.º;

Q2 — valor, em euros, correspondente ao custo dos arruamentos já existentes, incluindo passeio e estacionamento, calculado pelo produto da área desse arruamento na extensão de confrontação com o prédio pelos valores unitários de tipos de pavimentação constantes do artigo 81.º deste Regulamento. Para efeitos de determinação desta área, a dimensão máxima correspondente à faixa de rodagem e estacionamento é de 7,50 m e a dimensão máxima do passeio é de 2,25 m.

2 — Quando forem previstas no âmbito da operação urbanística, obras de melhoramento e remodelação das infra-estruturas públicas existentes indicadas no número anterior, o seu valor, a determinar com base da tabela do artigo 78.º, será deduzido do valor da compensação a pagar.

Artigo 26.º
Custos unitários de infra-estruturas

Na determinação dos valores de Q1 e Q2 consideram-se os seguintes custos unitários por tipo de infra-estrutura:

	Tipo de infra-estrutura	Valor em euros
1.	Faixa de rodagem/estacionamento em semi -penetração	9,59/ m2
2.	Faixa de rodagem/estacionamento em betão betuminoso	13,31/ m2
3.	Faixa de rodagem/estacionamento em cubos de calcário	21,78/ m2
4.	Faixa de rodagem/estacionamento em cubos de granito	36,75/ m2
5.	Passeios em calçada de vidraço	17,57/ m2
6.	Passeios em lajetas de betão	15,98/ m2
7.	Lancil de betão	12,25/ ml
8.	Lancil de calcário	18,64/ ml
9.	Rede de águas pluviais	60,00/ ml
10.	Rede de abastecimento de água	40,00/ ml
11.	Rede de saneamento	53,26/ ml

Artigo 27.º
Compensação em espécie

1 — Feita a determinação do montante total da compensação a pagar, se se optar por realizar esse pagamento em espécie, haverá lugar à avaliação dos terrenos ou imóveis a ceder ao município e o seu valor será obtido com recurso ao seguinte mecanismo:

a) A avaliação será efectuada por uma comissão composta por três elementos, sendo dois nomeados pela Câmara Municipal e o terceiro pelo proprietário do prédio;

b) As decisões da comissão serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos seus elementos.

2 — Quando se verificarem diferenças entre o valor calculado para a compensação devida em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, as mesmas serão liquidadas da seguinte forma:

a) Se o diferencial for favorável ao município, será o mesmo pago em numerário pelo promotor da operação urbanística;

b) Se o diferencial for favorável ao promotor, ser-lhe-á o mesmo entregue pelo município.

c) Se o valor proposto no relatório final da comissão referida no n.º 1 não for aceite pela Câmara Municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorrer-se-á a uma comissão arbitral, que será constituída nos termos do artigo 118.º do RJUE.

d) A Câmara Municipal reserva-se o direito de não aceitar a proposta de compensação em espécie, sempre que tal não se mostre conveniente para a prossecução do interesse público.

CAPÍTULO III
Ocupação de Espaços Públicos e Publicidade

SECÇÃO I
Ocupação do Espaço Público

Artigo 28º
Procedimentos aplicáveis

Os procedimentos aplicáveis à ocupação do espaço público, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XXV
Procedimentos

	Designação	Valor em euros
1.	Licença de ocupação de espaço público	
1.1	Emissão de alvará	21,30
1.2	Averbamento de titular	21,30
2.	Mera Comunicação Prévia	25,00
3.	Comunicação Prévia com prazo	30,00

Artigo 29º
Ocupação do espaço aéreo da via pública

A ocupação do espaço público aéreo está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XXVI
Ocupação do espaço aéreo da via pública

	Designação	Valor em euros
1.	Alpendres fixos ou articulados, palas ou similares, por metro linear e por ano	4,79
2.	Faixas, fitas anunciadoras ou pendentes, por metro linear e por semana	5,33
3.	Toldo e respetiva sanefa, por m2 e por ano	4,79
4.	Passarelas e outras construções ou ocupações no espaço aéreo, por m2 e por ano	10,65

Artigo 30º
Instalações no solo

A ocupação do espaço público com construções ou instalações no solo está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XXVII
Construções ou instalações no solo

Designação		Valor em euros
1.	Arcas e máquinas de gelados, por m2 e por mês	2,66
2.	Bancas, por m2 e por mês	2,14
3.	Contentor para resíduos, por m2 e por mês	2,66
4.	Divertimentos públicos	
4.1	Circos, por m2 e por semana	1,06
4.2	Carrocéis, pistas de automóveis ou outras instalações, por m2 e por semana	1,06
4.3	Brinquedos mecânicos e equipamentos similares, por m2 e por mês	2,66
5.	Esplanadas, incluindo mesas, cadeiras, guarda-sóis:	
5.1	Fechadas fixas, não integradas nos edifícios, por m2 e por ano	3,20
5.2	Abertas, por m2 e por mês	0,53
6.	Estrado, por m2 e por mês	1,06
7.	Exposição de veículos, por m2 e por dia	1,59
8.	Floreiras, por m2 e por mês	1,06
9.	Garrafas de gás, por m2 e por mês	2,66
10.	Guarda-ventos, por ml e por mês	1,06
11.	Quiosques, pavilhões e outras instalações similares, por m2 e por ano	6,39
12.	Exposição de artigos no exterior do estabelecimento, por m2 e por ano	6,39
13.	Placa de sinalização direccional publicitária, por m2 e por ano	19,11
14.	Unidades móveis ou amovíveis (roulottes e veículos-bar), por m2 e por dia	1,06
15.	Stand e Escritórios de vendas, por m2 ou fracção e por mês	6,39
16.	Vitrina e expositor, por m2 e por mês	2,66
17.	Instalação de suporte publicitário ou dispositivo destinado a anúncios, por m2 e por ano	11,18
18.	Outras construções ou instalações no solo, por m2 e por mês	3,73

Artigo 31º
Autorização de obras e trabalhos no espaço público

A realização de obras e trabalhos no espaço público relativos à construção, instalação, uso e conservação de infra-estruturas no município de Almeirim está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XXVIII
Pedido de autorização

Designação		Valor em euros
1.	Início do procedimento	21,30
2.	Emissão de autorização	26,63

Quadro XXIX
Instalação de Equipamentos

Designação		Valor em euros
1.	Cabine ou posto telefónico — por cada e por ano	26,63
2.	Receptáculo de correspondência ou similares — por cada e por ano	15,98
3.	Câmaras ou caixas de visita — por m3 e por ano	26,63
4.	Tubos, condutas, fios, cabos condutores e similares — por metro linear e por ano:	
4.1	Ocupação aérea	6,39
4.2	Ocupação subterrânea com fins agrícolas, domésticos e industriais	0,32
4.3	Outras ocupações subterrâneas	2,66
5.	Postos de transformação, cabinas eléctricas e semelhantes — por cada e por ano	26,10
6.	Postes, mastros ou equivalentes — por cada e por ano	0,53
7.	Depósitos — por m3 e por ano	15,08
8.	Outras construções ou instalações no sub-solo — por m2 e por ano	37,28

Artigo 32º
Instalações de armazenamento de gás e combustível, e de postos de abastecimento em espaço público

Quadro XXX

Instalações de armazenamento de gás e combustível, e de postos de abastecimento em espaço público

Designação		Valor em euros
1.	Licença de ocupação com depósitos, por m3 ou fracção e por ano	42,61
2.	Aparelhos de abastecimento de gás e combustível, a acrescer à taxa devida pelas instalações de armazenamento	
2.1	Por unidade e por ano	234,32
2.2	Abastecendo mais de um produto ou suas espécies	a taxa do ponto 2.1, acrescida de 75 %
3.	Aparelhos de abastecimento de água e ar — por cada e por ano	26,63

SECÇÃO II
Publicidade

Artigo 33º

Procedimentos aplicáveis

Os procedimentos aplicáveis à afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

Quadro XXXI
Procedimentos

Designação		Valor em euros
1.	Emissão do alvará de licença de publicidade	21,30
2.	Averbamento de titular	21,30
3.	Publicidade:	
3.1	3.1.1 Toldo, chapa, placa, tabuleta ou bandeira, painel, muppi, por m2 e por mês	5,33
	3.1.2 Bandeiras, faixas, pendões e semelhantes, cartazes, por m2 e por mês	2,14
	3.1.3 Outros suportes publicitários, por m2 e por mês	8,52
3.2	Anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos e similares, ocupando espaço público:	
	3.2.1 Anúncio luminoso	isento
	3.2.2 Anúncio iluminado	Isento
	3.2.3 Anúncio electrónico, por hora	63,72
3.3	Publicidade móvel:	
	3.3.1 Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da actividade publicitária, por veículo e por semana	21,30
	3.3.2 Em transportes colectivos, por viatura e por ano	6,99
	3.3.3 Em táxis, por viatura e por ano	6,92
	3.3.4 Outros veículos, por veículo e por ano	6,92
3.4	Blimps, balões, zeplins, insufláveis e semelhantes, por cada e por mês	31,97
3.5	Publicidade sonora - altifalantes ou outros aparelhos fazendo emissões, com fins publicitários, audíveis na via pública:	
	3.5.1 Por semana	20,24
	3.5.2 Por mês	33,03
3.6	Campanha de rua de natureza publicitária, por dia	6,92
3.7	Outros meios de publicidade, por m2 ou ml, e por dia	1,06

Artigo 34º

Publicidade em recintos municipais

Quadro XXXII

Publicidade em recintos municipais

Designação		Valor em euros
1.	Recintos cobertos	
1.1	Placas amovíveis, por m2 e por mês	11,18
1.2	Placas amovíveis, por m2 e por ano	110,77
2.	Recintos descobertos	
2.1	Placas amovíveis, por m2 e por mês	8,52
2.2	Placas amovíveis, por m2 e por ano	83,08

CAPÍTULO IV
Veículos

Artigo 35.º

Transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – Transporte em Táxi

Quadro XXXIII
Transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – Transporte em Táxi

	Designação	Valor em euros
1.	Pedido de licenciamento, por veículo	379,18
2.	Emissão de segunda-via de licença	63,91
3.	Transferência de titularidade da licença	69,24
4.	Pedidos de substituição de veículos de aluguer	79,89
5.	Pedidos de alteração de local de estacionamento	53,26
6.	Pedido de averbamento	25,56

Artigo 36.º
Estacionamento

Quadro XXXIV – Estacionamento

	Designação	Valor em euros
1.	Estacionamento de viaturas em zonas com parquímetro, de 2.ª a 6.ª feira, das 9,00 h. às 19,00 h., e sábados, das 9,00 h. às 13,00 h.:	
	1.1 30 m	0,15
	1.2 1 hora	0,32
	1.2 2 horas	1,27
	1.2 3 horas	2,66
	1.2 4 horas	4,26
2.	Colocação de placas de estacionamento privativo (reservadas a deficientes motores) por cada e por ano	372,79

Artigo 37.º
Remoção de veículos

Quadro XXXV - Remoção de veículos

	Designação	Valor em euros
1.	Remoção de veículos abandonados e estacionados em situação irregular	
	1.1 Remoção de viaturas ligeiras	50,00
	a) Por quilómetro percorrido	1,06
	b) Acresce por dia de recolha em parque municipal	2,14
	1.2 Remoção de viaturas pesadas	100,00
	a) Por quilómetro percorrido	1,59
	b) Acresce por dia de recolha em parque municipal	4,26

CAPÍTULO V
Higiene e Salubridade

Artigo 38.º
Veículos de transporte de produtos alimentares

Quadro XXXVI
Veículos de transporte de produtos alimentares

	Designação	Valor em euros
1.	Alvará — por cada veículo	31,97
2.	Inspecção a veículos	37,28

Artigo 39.º
Veículos de transporte de animais

Quadro XXXVII
Veículos de transporte de animais

	Designação	Valor em euros
1.	Inspecção a veículos	37,28

Artigo 40.º
Limpeza de fossas e colectores

Quadro XXXVIII
Limpeza de fossas e colectores

Designação			Valor em euros
1.	Limpeza de fossas e colectores, por cada tanque		
	1.1	Utentes particulares	5,33
	1.2	Utentes comerciais e industriais	10,65
2.	Acresce aos valores indicados nos números anteriores:		
	2.1	Por km percorrido	0,42
	2.2	Por hora de trabalho	6,39

Artigo 41.º
Recolha, depósito e tratamento de resíduos sólidos

1 — Os m3 referidos nos números seguintes têm por base os consumos de água, facturados pela entidade que fornece esse serviço à população do concelho.

Quadro XXXIX
Recolha, depósito e tratamento de resíduos sólidos

Designação			€/ Escalão
1.	Tarifa de Consumos Domésticos		
	1.1	1.º Escalão (0 a 5 m3)	2,10
	1.2	2.º Escalão (6 a 15 m3)	4,75
	1.2	3.º Escalão (16 a 25 m3)	8,10
	1.2	4.º Escalão (> 26 m3)	12,00
2.	Não domésticos Comerciais e industriais, garagens, instalações agrícolas e outras		
	2.1	1.º Escalão (0 a 150 m3)	9,37
	2.2	2.º Escalão (> 150 m3)	17,50
3.	Estado e Outras Pessoas colectivas de direito público		
	3.1	Escalão Único	10,00
4.	Autarquias		
	4.1	Escalão Único	10,00
5.	Instituições e Agremiações privadas de beneficência, culturais, desportivas e outras de interesse público		
	5.1	Escalão Único	5,00
6.	Consumos Temporários		
	6.1	Escalão Único	17,50

Artigo 42.º
Recolha de animais em canil

Quadro XL
Recolha de animais em canil

Designação		Valor em euros
1.	Recolha e devolução — por animal	10,65
2	Alojamento e alimentação — por animal e por dia	1,59
3.	Abate de animais — por cada	42,61
4.	Penso — por cada	2,34

CAPÍTULO VI
Recintos de espetáculos e de divertimentos públicos

Artigo 43.º
Instalação e funcionamento de Recintos

Quadro XLI
Instalação e funcionamento de Recintos

Designação			Valor em euros
1.	Pedido de licenciamento de recintos itinerantes, por semana:		
	1.1	Circos ambulantes e instalações culturais	21,30
	1.2	Carrosséis, pistas de carros de diversão e outros divertimentos mecanizados	21,30
	1.3	Praças de touros desmontáveis	15,98
	1.4	Outras instalações/ recintos itinerantes	26,55
2.	Pedido de licenciamento de recintos improvisados (tendas, barracões, palanques, estrados e palcos, bancadas provisórias)		10,65

CAPÍTULO VII
Poluição Sonora

Artigo 44.º
Licenças de ruído e medições acústicas

Quadro XLII
Licenças de ruído e medições acústicas

Designação			Valor em euros
1.	Licenças de Ruído		
	1.1	Para realização de espectáculos, festas, provas desportivas e fogo de artifício, por dia	12,79
	1.2	Para realização de obras, por dia	61,77
	1.3	Por outros motivos com fins lucrativos	92,67
2.	Ensaio e medições acústicas, por iniciativa municipal ou na sequência de reclamações		50,00
3.	Avaliação de índices de isolamento sonoro		276,93
4.	Determinação do nível sonoro produzido por equipamento		276,93
5.	Medição de exposição pessoal diária ao ruído ou determinação do valor máximo de pico de nível de pressão sonora a que um indivíduo está sujeito — por trabalhador		159,77
6.	Determinação de tempos de reverberação		127,81
7.	Classificações acústicas		106,51

CAPÍTULO VIII
Actividades Económicas

SECÇÃO I
Mercados, Feiras e Venda Ambulante

Artigo 45º
Actividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária, e feiras grossistas
Quadro XLIII
Actividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária, e feiras grossistas

Designação			Valor em euros
1.	Pedido de autorização de instalação e funcionamento de feira grossista organizada por entidades privadas		200,00
2.	Emissão de autorização para realização de feira		26,63
3.	Ocupação do espaço público municipal - por dia e por m2		1,06

Artigo 46º
Actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes

Quadro XLIV
Actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes

Designação			Valor em euros
1.	Espaço de Venda		
	1.1	Por m2 e por dia	0,65
	1.2	Atribuição de espaço de venda, a título ocasional	Acréscimo 50% ao valor definido em 1.1
2.	Pedido de autorização de instalação e funcionamento de feira a retalho		100,00
	2.1	Ocupação do espaço público - por m2 e por dia	1,06

Artigo 47º
Actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por vendedores ambulantes

Quadro XLV
Actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por vendedores ambulantes

Designação			Valor em euros
1.	Venda ambulante em locais fixos		
	1.1	Ocupação de espaço público destinado a venda ambulante - por m2 e por mês	1,06
2.	Venda ambulante sem locais fixos		
	2.1	Ocupação de espaço público - por m2 e por mês	1,10
	2.2	Unidades móveis afectas ao exercício da actividade, por cada e por mês	1,10

Artigo 48.º
Mercado municipal

Quadro XLVI
Mercado municipal

Designação		Valor em euros
1.	Lojas do mercado ou torreões, por m2 e por mês:	
1.1	Talhos, cafés e semelhantes	2,14
1.2	Outras actividades	1,38
2.	Bancas ou tabuleiros, cada	
2.1	Venda de peixe	
	a) Por dia	0,85
	b) Por mês	7,91
2.2	Venda de fruta, legumes e outros géneros	
	a) Por dia	0,53
	b) Por mês	7,91
2.3	Tabuleiros de topo, com 0,70 m	
	a) Por dia	0,67
	b) Por mês	13,17
3.	Depósito e armazenagem de produtos e utilização de frigorífico	
3.1	Armazenagem, por cada volume e por dia	0,42
3.2	Frio, por cada volume e por dia	0,53

Artigo 49.º
Feiras Temáticas

Quadro XLVII
Feiras Temáticas

Designação		Valor em euros
1.	Instalações amovíveis ou desmontáveis — por dia e m2	1,06

Artigo 50.º
Utilização de utensílios

Quadro XLVIII
Utilização de utensílios

Designação		Valor em euros
1.	Bancas, mesas e estrados para colocação em lugares de terrado, por m2 e por dia	0,85
2.	Balanças — por dia	0,53
3.	Balanças decimal — por pesagem	0,15

SECÇÃO II
Outras Actividades

Artigo 51º
Horário de Funcionamento de estabelecimentos

Quadro XLIX
Horário de Funcionamento de estabelecimentos

Designação		Valor em euros
1.	Mera comunicação prévia do Horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e suas alterações, dentro dos limites regulamentares	25,00
2.	Pedido de alargamento de Horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, além dos limites regulamentares	50,00

Artigo 52º
Licenciamento/ Regime do exercício de actividades diversas

Quadro L
Licenciamento/ Regime do exercício de actividades diversas

Designação		Valor em euros
1.	Guarda-nocturno	
	1.1 Apreciação do pedido	15,98
	1.2 Emissão de licença	21,30

	1.3	Renovação de licença	21,30
	1.4	Cartão identificativo	2,78
	1.5	Segunda via do cartão identificativo	2,78
2.	Vendedor ambulante de lotarias		
	2.1	Apreciação do pedido	2,66
	2.2	Emissão de licença	5,86
	2.3	Cartão identificativo	2,78
	2.4	Segunda via do cartão identificativo	2,78
3.	Arrumador de automóveis		
	3.1	Apreciação do pedido	15,98
	3.2	Emissão de licença	20,24
	3.3	Renovação anual de licença	20,24
	3.4	Cartão identificativo	2,77
	3.5	Segunda via do cartão identificativo	2,77
4.	Acampamentos ocasionais		
	4.1	Apreciação do pedido	2,65
	4.2	Emissão de licença, por cada dia	6,37
5.	Exploração de máquinas de diversão		
	5.1	Registo, por cada máquina	186,40
	5.2	Segunda via do registo, por cada máquina	50,06
	5.3	Comunicação de alteração de proprietário	61,77
	5.4	Comunicação da substituição do tema do jogo	26,63
6.	Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre		
	6.1	Apreciação do pedido	10,65
	6.2	Emissão de licença	
		a) Provas/ actividades desportivas	13,81
		b) Touradas e garraíadas	6,39
		c) Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos	Isento
		d) Fogueiras Populares	Isento
7.	Realização de Fogueiras e queimadas		
	7.1	Apreciação do pedido	10,65
	7.2	Emissão de licença	7,45
8.	Lançamento de fogo de artifício — autorização ou parecer		
			5,33

CAPÍTULO IX
Licenças e Serviços Diversos

Artigo 53º
Revestimento Vegetal

Quadro LI
Revestimento Vegetal

Designação			Valor em euros
1.	Licença de acção de destruição de revestimento vegetal que não tenha fins agrícolas, regulado pelo Dec. Lei n.º 139/89 de 28 de Abril:		
	1.1	Apreciação do pedido	82,89
	1.2	Emissão de licença	54,91
2.	Licença de acção de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável, regulado pelo Dec. Lei n.º 139/89 de 28 de Abril:		
	2.1	Apreciação do pedido	82,86
	2.2	Emissão de licença	72,53

Artigo 54.º
Exploração de inertes

Quadro LII
Exploração de inertes

Designação			Valor em euros
1.	Exploração de inertes — por ano		
	1.1	Acresce, por tonelada extraída	0,42

Artigo 55º
Armazenamento de bens em instalações municipais

Quadro LIII
Armazenamento de bens em instalações municipais

Designação			Valor em euros
1.	Remoção e transporte		
	1.1	Por trabalhador ocupado e por hora	10,65
	1.2	Por quilómetro de deslocação de viatura municipal	1,59
2.	Recolha		
	2.1	Primeira semana, por cada 100 kg ou m3, por dia	0,79
	2.2	Restantes semanas, por cada 100 kg ou m3, por dia	1,06
	2.3	Acima destes valores, a taxa é calculada pela multiplicação por cada 100 kg ou m3.	

Artigo 56.º
Aferição de pesos e medidas

O montante destas taxas é fixado anualmente por despacho do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e enviado pelo IPQ — Instituto Português da Qualidade para os diversos SMM — Serviços Municipais de Metrologia, conforme Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro.

Às taxas fixadas na legislação vigente, adicionam-se, em cada recibo de verificação, as seguintes importâncias:

a)	Serviço efectuado na oficina de metrologia	0,50 €
b)	Serviço efectuado no estabelecimento do interessado	1,00 €